HIDROPOWER ENERGIA S.A.

Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

CNPJ N° 05.261.707/0001-75
NIRE N° 51 3 0000769-0
Endereço: Rod. BR 163 – KM 102 S/N – Zona Rural – Rondonópolis – MT - CEP 78740-275

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Administração da Hidropower Energia S.A. ("Hidropower" ou "Companhia") tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Contábeis, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. As informações estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando especificado em contrário, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

1. Perfil Institucional

A Companhia é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) que detém autorização outorgada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para explorar a Pequena Central Hidrelétrica Engenheiro José Gelazio da Rocha ("PCH José Gelazio" ou "Usina"), com capacidade instalada de 24,4 MW e garantia física de 11,9 MW médios, em operação comercial desde 2007. A Usina está situada no Rio Ponte de Pedra, no município de Rondonópolis, estado de Mato Grosso (MT).

A energia da PCH José Gelazio está contratada com a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras), por meio do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa), pelo prazo de vinte anos, conforme contrato assinado em 28.11.2005.

A Companhia não tem empregados e sua administração é realizada pela controladora indireta ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE"), que cobra os seus honorários mediante contrato de prestação de serviços e reembolso das despesas com o pessoal diretamente alocado na Usina.

2. Controle Acionário

A Companhia é controlada pela ENGIE Brasil Energias Complementares Participações Ltda., uma *holding* controlada pela ENGIE. Sediada em Florianópolis, a ENGIE é uma plataforma de investimento em infraestrutura em energia, atuante nas atividades de geração, comercialização, *trading* e transmissão de energia. Atua ainda no segmento de transporte de gás, por meio de participação na Transportadora Associada de Gás S.A. – TAG, em conjunto com outros sócios.

3. Ambiente Macroeconômico

O segundo ano da pandemia da Covid-19 foi, em linhas gerais, marcado pela recuperação do crescimento econômico e alta inflação – uma constante observada no Brasil e no mundo. O Produto Interno Bruto (PIB) teve crescimento de 4,6%. A alta compensa o decréscimo de 4,1% observado em 2020.

A atividade econômica brasileira iniciou uma recuperação, ainda que ligeiramente abaixo da esperada. A inflação elevada, com pior resultado desde 2015, gerou impacto sobre o crescimento, com a deterioração do poder de compra das famílias. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) apresentou variação de 10,1%, enquanto o Índice Nacional de Preço ao Consumidor (INPC) registrou, no acumulado do ano, 10,2%.

As incertezas trazidas pela pandemia e seus desdobramentos também influenciaram o mercado financeiro. A taxa básica de juros (Selic) atingiu 9,2%, alta de 7,2 p.p. no exercício de 2021, enquanto o dólar (Ptax) bateu a marca de R$ 5,58 – a moeda americana estava cotada em R$ 5,19 ao fim de 2020.

4. Desempenho Operacional

Em 2021, a geração bruta da PCH José Gelazio foi de 51,4 GWh, 12,6% inferior aos 58,8 GWh gerados em 2020.

O índice de disponibilidade, considerando-se as paradas programadas, atingido no ano em análise foi de 96,0%, 6,6 p.p. acima do verificado em 2020, que foi de 89,4%.

1. Desempenho Econômico-financeiro

a) Principais indicadores (expressos em milhares de reais)

Indicadores de resultado	31.12.2021	31.12.2020	Variação %
Receita operacional líquida	625	31.135	(98,0)
(Prejuízo) Lucro bruto	(6.162)	24.906	(124,7)
Margem bruta	-985,9%	80,0%	(1065,9 p.p.)
Resultado do serviço (EBIT)	(5.775)	24.805	(123,3)
EBITDA (Lajida)	(2.756)	27.809	(109,9)
Margem EBITDA (Lajida)	-441,0%	89,3%	(530,3 p.p.)
Resultado financeiro	2.347	395	494,2
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício	(4.526)	24.082	(118,8)

b) Comentários sobre as principais variações

A redução da "Receita operacional líquida", do "Ebitda" e do "(Prejuízo) Lucro líquido do exercício" é decorrente, principalmente, do ajuste financeiro decorrente do contrato de venda de energia com a Eletrobras, o qual corresponde à diferença entre a energia contratada e a efetivamente gerada pela Usina.

5. Direito dos Acionistas

O detentor de cada ação ordinária tem direito de voto em assembleia geral ordinária ou extraordinária; de receber dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 28% do lucro líquido ajustado, nos termos da Lei das Sociedades Anônimas; de fiscalizar a Administração da Companhia, nos termos do Estatuto Social; de preferência na subscrição de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição; e de retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.

6. Agradecimentos

A Administração da Hidropower agradece a contribuição de seus fornecedores, clientes, parceiros, acionistas, instituições financeiras, entidades governamentais, órgãos reguladores e a todos aqueles que contribuíram para o desempenho da Companhia no ano de 2021.

A Administração

HIDROPOWER ENERGIA S.A.
CNPJ N° 05.261.707/0001-75 | NIRE N° 51 3 0000769-0
BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais)

ATIVO			
	Nota	**31.12.2021**	**31.12.2020**
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	31.123	13.772
Contas a receber de clientes	5	3.777	11.251
Outros ativos circulantes		1.507	219
		36.407	**25.242**
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo			
Outros ativos não circulantes		19	1
		19	**1**
Imobilizado	**6**	**35.666**	**38.488**
Intangível		**37**	**52**
		35.722	**38.541**
TOTAL		**72.129**	**63.783**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

HIDROPOWER ENERGIA S.A.
CNPJ N° 05.261.707/0001-75 | NIRE N° 51 3 0000769-0
BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	Nota	**31.12.2021**	**31.12.2020**
PASSIVO CIRCULANTE			
Fornecedores		211	200
Dividendos	**8**	6.406	6.406
Adiantamentos de clientes	5	13.552	-
Outros passivos circulantes		20	427
		20.189	**7.033**
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Provisões		-	284
		-	**284**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**8**		
Capital social		33.393	33.393
Reservas de lucros		18.547	23.073
		51.940	**56.466**
TOTAL		**72.129**	**63.783**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

HIDROPOWER ENERGIA S.A.
CNPJ N° 05.261.707/0001-75 | NIRE N° 51 3 0000769-0
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais)

	Nota	31.12.2021	31.12.2020
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**9**	**625**	**31.135**
Custos da energia vendida			
Depreciação e amortização		(3.019)	(3.004)
Serviços de terceiros		(1.324)	(1.102)
Encargos de uso de rede elétrica e de conexão		(1.061)	(936)
Pessoal		(683)	(404)
Outros		(700)	(783)
		(6.787)	**(6.229)**
(PREJUÍZO) LUCRO BRUTO		**(6.162)**	**24.906**
Despesas operacionais			
Despesas com vendas, gerais e administrativas		387	(101)
(PREJUÍZO) LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		**(5.775)**	**24.805**
Resultado financeiro			
Renda de aplicações financeiras		1.069	429
Outras receitas (despesas) financeiras, líquidas		1.278	(34)
		2.347	**395**
(PREJUÍZO) LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS		**(3.428)**	**25.200**
Imposto de renda e contribuição social correntes			
Imposto de renda		(774)	(730)
Contribuição social		(324)	(388)
		(1.098)	**(1.118)**
(PREJUÍZO) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**(4.526)**	**24.082**

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais)

	31.12.2021	31.12.2020
(PREJUÍZO) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**(4.526)**	**24.082**
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	**(4.526)**	**24.082**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

HIDROPOWER ENERGIA S.A.

CNPJ N° 05.261.707/0001-75 | NIRE N° 51 3 0000769-0

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais)

			Reservas de lucros			
	Nota	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31.12.2019		**33.393**	**5.397**	**11.439**	**-**	**50.229**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	24.082	24.082
Dividendos intermediários		-	-	(11.439)	-	(11.439)
Destinações propostas à AGO:						
- Reserva legal		-	1.204	-	(1.204)	-
- Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(6.406)	(6.406)
- Reserva de retenção de lucros		-	-	16.472	(16.472)	-
Saldos em 31.12.2020	**8**	**33.393**	**6.601**	**16.472**	**-**	**56.466**
Prejuízo do exercício		-	-	-	(4.526)	(4.526)
Absorção de prejuízo		-	-	(4.526)	4.526	-
Saldos em 31.12.2021	**8**	**33.393**	**6.601**	**11.946**	**-**	**51.940**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

HIDROPOWER ENERGIA S.A.
CNPJ N° 05.261.707/0001-75 | NIRE N° 51 3 0000769-0
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais)

	31.12.2021	31.12.2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado antes dos tributos	**(3.428)**	**25.200**
Conciliação do resultado com o caixa gerado nas operações:		
Depreciação e amortização	3.019	3.004
Outros	(774)	31
Resultado antes dos tributos ajustado	**(1.183)**	**28.235**
(Aumento) redução nos ativos		
Contas a receber de clientes	7.474	(6.670)
Outros ativos	(2.135)	(529)
Aumento (redução) nos passivos		
Fornecedores	11	52
Adiantamentos de clientes	13.552	-
Outros passivos	78	135
Caixa gerado pelas operações	**17.797**	**21.223**
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(264)	(299)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**17.533**	**20.924**
Atividades de investimento		
Aplicação no imobilizado	(182)	(799)
Caixa líquido das atividades de investimento	**(182)**	**(799)**
Atividades de financiamento		
Dividendos pagos	-	(15.049)
Caixa líquido das atividades de financiamento	**-**	**(15.049)**
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**17.351**	**5.076**
Conciliação do caixa e equivalentes de caixa		
Saldo inicial	13.772	8.696
Saldo final	31.123	13.772
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**17.351**	**5.076**
Transações que não envolvem o caixa e equivalentes de caixa		
Compensação de imposto de renda e contribuição social	226	652

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Hidropower Energia S.A. ("Hidropower" ou "Companhia"), com sede no município de Rondonópolis, estado de Mato Grosso (MT), foi constituída em 20.08.2002, com o objetivo e propósito específico de implantação e exploração comercial da PCH José Gelazio da Rocha, localizada no Rio Ponte de Pedra, nos termos da Autorização da Aneel.

A Companhia não tem empregados e os seus administradores renunciaram ao direito de receber qualquer remuneração. A administração da Companhia é conduzida pela controladora indireta, ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE"), que cobra pela prestação de serviços e solicita reembolso das despesas incorridas com pessoal diretamente dedicado às atividades da usina.

Os anos de 2020 e 2021 foram marcados pelos efeitos da pandemia da Covid-19, doença causada pelo novo coronavírus, que impactou, e continua impactando, a economia mundial. Em decorrência disto, foram tomadas medidas restritivas no sentido de determinar o distanciamento social e o fechamento de estabelecimentos comerciais, além da paralisação da indústria. As restrições impostas pelo isolamento social trouxeram efeitos importantes na atividade de diversos setores, na renda das famílias e nos investimentos no país. Na medida em que a situação da pandemia foi melhorando e, com isso, as restrições às atividades econômicas gradativamente reduzidas, houve evolução em diferentes regiões e segmentos de negócios. Em 2021 e 2020, a Companhia não apurou impactos significativos decorrentes da pandemia em suas demonstrações contábeis.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas com base na continuidade operacional e em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), sendo utilizado o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma, e o real como moeda funcional.

Essas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis ora apresentadas foram aprovadas pela Diretoria Executiva em 25.04.2022.

NOTA 3 - SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Instrumentos financeiros

a.1) Caixa e equivalentes de caixa

São compostos pelos numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e sem risco significativo de mudança de valor. Tais aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, sendo mensuradas ao

valor justo na data das demonstrações contábeis. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

a.2) Contas a receber de clientes

São reconhecidas quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, ou seja, se fizer necessário apenas o transcorrer do tempo para sua ocorrência. São registradas inicialmente pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, posteriormente, mensuradas pelo custo amortizado.

b) Imobilizado

Os ativos que compõem o imobilizado estão registrados ao custo de aquisição ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel, as quais são praticadas pelas empresas do setor elétrico brasileiro e representam a vida útil estimada dos bens. Os investimentos iniciais nos ativos de geração são depreciados com base nas vidas úteis definidas pela Aneel, limitadas ao prazo de autorização da usina. As taxas médias anuais de depreciação dos ativos da Companhia, considerando a mencionada limitação da vida útil, estão demonstradas na Nota 6 – Imobilizado.

c) Avaliação do valor de recuperação do imobilizado – *Impairment*

A Companhia avalia, no mínimo anualmente, os bens do ativo imobilizado com a finalidade de identificar evidências que possam levar a perdas de valores não recuperáveis das respectivas unidades geradoras de caixa, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que os seus valores contábeis possam não ser recuperáveis. Se identificado que o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, essa provisão para perda (*impairment*) é reconhecida no resultado do exercício.

d) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição. As demais obrigações são registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes juros e variações monetárias incorridos.

e) Reconhecimento da receita de venda de energia

A receita é mensurada com base na contraprestação precificada no contrato com o cliente. pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos tributos incidentes sobre ela.

A receita é reconhecida conforme os contratos firmados, cuja obrigação de desempenho é atendida mensalmente, dado que o cliente, simultaneamente, recebe e consome os benefícios fornecidos pela Companhia, consequentemente, o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber no momento em que a energia é efetivamente entregue ao cliente.

f) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social são calculados pelo lucro presumido de acordo com as bases tributárias, considerando as normas e as alíquotas vigentes na data da apresentação das demonstrações contábeis.

g) Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas

Na elaboração das demonstrações contábeis é necessário que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações contábeis. Para apurar essas estimativas, a Administração utiliza as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações contábeis, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros.

As demonstrações contábeis incluem, portanto, estimativas relativas: (i) à vida útil do imobilizado; e ao (ii) ao teste de redução ao valor recuperável dos ativos de longa duração.

h) Novas normas, alterações e interpretações

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu revisões às normas existentes, aplicáveis a partir de 01.01.2021. A relação destas revisões aplicáveis e adotadas pela Companhia e respectivos impactos é apresentada a seguir:

Revisão e Normas impactadas	Data de aprovação (Brasil)	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Revisão de Pronunciamentos Técnicos n°17 17			
Pronunciamentos Técnicos CPC 06 (R2) – Arrendamentos, CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: evidenciação e CPC 48 – Instrumentos financeiros.	11.02.2021	01.01.2021	Sem impactos relevantes
Revisão de Pronunciamentos Técnicos n° 18			
Pronunciamentos Técnicos CPC 06 (R2) - Arrendamentos - Benefícios relacionados à Covid-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento – prorrogação.	11.06.2021	Vigência estabelecida pelos órgãos reguladores que o aprovarem.	Sem impactos relevantes

i) Novas normas, alterações e interpretações ainda não vigentes

A partir de 01.01.2022, estarão vigentes os seguintes pronunciamentos, os quais não foram adotados antecipadamente pela Companhia:

Revisão e Normas impactadas	Data de aprovação (Brasil)/ Status	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Revisão de Pronunciamentos Técnicos n° 19			
CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, CPC 27 – Ativo imobilizado, CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade e CPC 48 – Instrumentos financeiros.	01.10.2021	01.01.2022	Sem impactos relevantes
Pronunciamento Técnico CPC n° 50			
Este Pronunciamento vem substituir a norma atualmente vigente sobre Contratos de seguro (CPC 11).	07.05.2021	01.01.2023	Não aplicável à Companhia

NOTA 4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2021	31.12.2020
Caixa e depósitos bancários à vista	73	64
Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa	31.050	13.708
	31.123	**13.772**

A Companhia é participante do Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa de sua controladora indireta, ENGIE, concentrando suas aplicações financeiras neste fundo. As operações realizadas pelo fundo possuem liquidez imediata, são remuneradas pela Selic e estão lastreadas em títulos públicos federais. A rentabilidade média do fundo nos anos de 2021 e 2020 foi de cerca de 99,0% e 98,7% do CDI (taxa referencial dos Certificados de Depósitos Interbancários), respectivamente.

NOTA 5 - CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Referem-se a valores vincendos a receber da Eletrobras pela venda da totalidade da sua energia assegurada por meio do Proinfa. Os valores faturados mensalmente são recebidos em parcelas iguais em 20, 30 e 40 dias após o mês de competência do faturamento.

De acordo com os termos do contrato com a Eletrobras, o faturamento mensal de energia é composto por duas parcelas: (i) relativa à energia contratada, cuja base é a energia assegurada da Usina; e (ii) referente ao ajuste financeiro, que corresponde à diferença entre a energia contratada e a efetivamente gerada pela Usina. Este ajuste financeiro é apurado ao final de cada ano e compensado com o faturamento mensal correspondente ao ano seguinte, na proporção de 1/12 avos por mês.

Em 2021, o resultado da Companhia foi negativamente impactado em função do déficit de geração hidrelétrica do sistema elétrico interligado em relação à energia alocada pelos agentes (Mecanismo de Redução de Garantia Física – GSF), enquanto em 2020 houve impacto positivo em decorrência de superávit. O montante de R$ 13.552, apresentado no passivo circulante da Companhia em 31.12.2021, corresponde ao valor a ser devolvido no ano subsequente.

NOTA 6 - IMOBILIZADO

a) Composição

		31.12.2021			31.12.2020
	Taxa média de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Máquinas e equipamentos	3,9%	35.209	(17.897)	17.312	18.509
Reservatórios, barragens e adutoras	3,9%	36.629	(20.910)	15.719	17.133
Edificações e benfeitorias	3,8%	5.328	(2.979)	2.349	2.554
Outros	6,3%	63	(29)	34	36
		77.229	**(41.815)**	**35.414**	**38.232**
Em curso		**252**	**-**	**252**	**256**
		77.481	**(41.815)**	**35.666**	**38.488**

O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável analisado periodicamente, sendo que em 31.12.2021 a Administração da Companhia avalia que não há indicadores que resultem na necessidade de constituição de provisão para redução ao valor recuperável de ativos.

Em 31.12.2021, a Companhia detinha R$ 149 (R$ 25 em 31.12.2020 de saldos de ativos totalmente depreciados.

b) Mutação do ativo imobilizado

	Máquinas e equipamentos	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações e benfeitorias	Outros	Em curso	Total
Saldos em 31.12.2019	**19.332**	**18.547**	**2.759**	**27**	**15**	**40.680**
Ingressos	-	-	-	-	799	799
Transferências	548	-	-	10	(558)	-
Depreciação	(1.371)	(1.414)	(205)	(1)	-	(2.991)
Saldos em 31.12.2020	**18.509**	**17.133**	**2.554**	**36**	**256**	**38.488**
Ingressos	-	-	-	-	182	182
Transferências	187	-	(1)	-	(186)	-
Depreciação	(1.384)	(1.414)	(204)	(2)	-	(3.004)
Saldos em 31.12.2021	**17.312**	**15.719**	**2.349**	**34**	**252**	**35.666**

c) Autorização do órgão regulador

A Companhia é detentora da autorização para exploração da PCH José Gelazio pelo prazo de 30 anos, a contar da data de 19.12.2002, podendo ser prorrogada a critério da Aneel.

d) Depreciação dos ativos que integram o Projeto Original da Usina

A Companhia, com base exclusivamente na interpretação da Lei n° 8.987/95 e do Decreto n° 2.003/96, considera que não há total certeza quanto à indenização pelo Poder Concedente, ao final do prazo da autorização, do valor residual dos bens que integram o Projeto Original. Desta forma, a Companhia deprecia os seus ativos de acordo com as taxas determinadas pela Aneel, limitada ao prazo da autorização, embora a legislação e a Resolução Autorizativa prevejam a possibilidade de renovação da mesma.

NOTA 7 - GERENCIAMENTO DE RISCO E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia, para conduzir com mais eficiência o processo de avaliação de riscos dos seus negócios, segue integralmente as regras do Fórum de Gerenciamento de Riscos da ENGIE Brasil Energia S.A., sua controladora indireta. Os negócios da Companhia, as condições financeiras e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um destes fatores de risco:

a) Risco de crédito

As transações relevantes para os negócios da Companhia em que há exposição ao risco de crédito são as aplicações financeiras. O histórico de perdas na Companhia em decorrência de dificuldade apresentada por bancos em honrar os seus compromissos é praticamente nulo.

Nas operações relacionadas à venda de energia, os créditos de todos os clientes são revisados anualmente e não há histórico de perdas por inadimplência relevante nas operações da Companhia. Adicionalmente, sua controladora ENGIE realiza análise de crédito de todos os clientes, de acordo com sua Política de Crédito. A Companhia segue integralmente as regras desta Política de Crédito.

Nas operações de aplicação no mercado financeiro, os recursos disponíveis da Companhia são alocados em um Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa, o qual tem como política a alocação de seu patrimônio em ativos de baixíssimo risco. Em 31.12.2021, esse fundo possuía 100% de sua carteira em ativos com risco de crédito do Governo Brasileiro, todos com liquidez diária. De acordo com o planejamento financeiro da Companhia, os recursos desse fundo serão utilizados no curto prazo, reduzindo substancialmente o risco de quaisquer efeitos significativos nos seus rendimentos, em decorrência de eventual redução da taxa básica de juros da economia brasileira.

b) Risco de liquidez

A Companhia, para assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações, utiliza uma política de caixa mínimo, revisada anualmente com base nas projeções de caixa e monitorada mensalmente. A gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimo prazo, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos.

O caráter gerador de caixa da Companhia e a pouca volatilidade nos recebimentos e nas obrigações de pagamentos ao longo dos meses do ano, garantem à Companhia estabilidade nos seus fluxos, reduzindo seu risco de liquidez.

c) Categoria dos instrumentos financeiros

	31.12.2021	31.12.2020
Ativos financeiros		
Valor justo por meio do resultado		
Aplicações financeiras	31.050	13.708
Custo amortizado		
Caixa e depósitos bancários à vista	73	64
Contas a receber de clientes	3.777	11.251
	34.900	**25.023**
Passivos financeiros		
Custo amortizado		
Fornecedores	211	200
	211	**200**

As aplicações financeiras estão avaliadas pelos preços cotados em mercado ativo (Nível 1).

NOTA 8 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social da Companhia, em 31.12.2021 e 31.12.2020, era de R$ 33.393, representado por 33.429.529 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, das quais 33.429.528 pertencentes à ENGIE Brasil Energias Complementares Participações Ltda. ("ECP") e 1 de propriedade da ENGIE Brasil Energia S.A.

b) Reservas de lucros

A composição das reservas de lucros é demonstrada a seguir:

	31.12.2021	31.12.2020
Reserva legal	6.601	6.601
Reserva de retenção de lucros	11.946	16.472
	18.547	**23.073**

b.1) Reserva legal

Do lucro líquido do exercício, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social da Companhia. A referida reserva tem a finalidade de assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social.

b.2) Reserva de retenção de lucros

Os dividendos mínimos obrigatórios correspondem a 28% do lucro líquido ajustado. Em 2021, a Companhia absorveu parte da reserva de retenção de lucros com o prejuízo gerado no exercício.

NOTA 9 - CONCILIAÇÃO DA RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A tabela a seguir apresenta a conciliação entre a receita operacional bruta e a receita operacional líquida apresentada nas demonstrações dos resultados.

	2021	2020
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		
Suprimento de energia elétrica	649	32.315
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL		
PIS e Cofins	(24)	(1.180)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**625**	**31.135**

NOTA 10 - COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO

A Companhia possui os seguintes compromissos de longo prazo considerados relevantes:

a) Venda de energia

A Hidropower possui a sua energia contratada com a Eletrobras - Proinfa, até 2027. Em 31.12.2021, o valor das receitas líquidas futuras provenientes destes contratos totalizava R$ 152.632.

b) Contrato de Uso do Sistema de Distribuição (CUSD)

A Companhia mantém contrato com a Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. (Cemat) para o uso do sistema de distribuição, com vigência até a data de extinção da autorização ou de extinção da empresa transmissora, o que ocorrer primeiro. Em 31.12.2021, o valor das obrigações futuras provenientes destes contratos totalizava R$ 11.574 (R$ 10.860 em 31.12.2020).

NOTA 11 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia mantém contrato com a sua controladora indireta ENGIE, com início em 01.01.2019 e prazo de duração de quatro anos, cujo objeto é a prestação de serviços administrativos e financeiros. Os valores contratados são reajustados anualmente pela variação do Índice Nacional de Preço ao Consumidor (INPC).

NOTA 12 - SEGUROS

A Companhia é participante da apólice de seguro internacional de danos à propriedade e interrupção de negócios – *Property Damaged Business Interruption* (PDBI) do programa de seguros do Grupo ENGIE. A vigência do seguro é até 31.05.2022 e o valor de cobertura é de R$ 141.590 relativa a danos materiais e R$ 17.442 relativa a lucros cessantes.

(Nominata de assinaturas das Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2021, da Hidropower Energia S.A.).

DIRETORIA EXECUTIVA

José Luiz Jansson Laydner
Diretor Executivo

Artur Roberto Frota Ellwanger
Direto Técnico-Operacional

Paulo Roberto Keller de Negreiros
Diretor Administrativo e Financeiro

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Gabriela Kowalski Oliveira de Mattos
Contadora - CRC SC 034594/O-0